



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

Juventudes e trabalho no Brasil: precarização e superexploração

Cíntia Florence Nunes¹

Resumo: O artigo analisa a inserção laboral das juventudes no capitalismo dependente brasileiro. O estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica ancorada na tradição marxista e na teoria marxista da dependência, articulada à análise de dados secundários da PNAD Contínua e de relatórios institucionais sobre o mercado de trabalho juvenil no Brasil. Sustenta-se que a inserção laboral juvenil não se explica apenas por fatores conjunturais, mas pelas determinações estruturais do capitalismo dependente, no qual a superexploração da força de trabalho ocupa papel central na dinâmica de acumulação e na reprodução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: juventude; trabalho; superexploração; capitalismo dependente; precarização.

Youth and work in Brazil: precariousness and super-exploitation

Abstract: This article analyzes the labor market insertion of young people in dependent Brazilian capitalism. The study is based on bibliographic research anchored in the Marxist tradition and the Marxist theory of dependency, articulated with the analysis of secondary data from the PNAD Contínua (Continuous National Household Sample Survey) and institutional reports on the youth labor market in Brazil. It argues that youth labor market insertion is not explained solely by conjunctural factors, but by the structural determinants of dependent capitalism, in which the super-exploitation of labor plays a central role in the dynamics of accumulation and the reproduction of social inequalities.

Keywords: youth; work; super-exploitation; dependent capitalism; precariousness.

1 Introdução

Nas últimas décadas, as transformações no mundo do trabalho têm assumido papel central nas análises sobre as mudanças nas relações sociais contemporâneas. A intensificação da crise estrutural do capitalismo, particularmente após a crise financeira internacional de 2008, trouxe novas configurações para o mercado de trabalho, aprofundando tendências já presentes desde a reestruturação produtiva iniciada nas últimas décadas do século XX (Antunes, 2009; Harvey, 2011).

Nos países periféricos, como o Brasil, tais transformações assumem características particulares. A inserção subordinada dessas economias na divisão internacional do trabalho, associada à histórica dependência econômica e tecnológica, produz formas específicas de exploração do trabalho e de reprodução das desigualdades

¹ Doutora em Serviço Social. Assistente Social no Sistema Penal do Rio Grande do Sul. Email: cintia.florence@gmail.com

sociais (Luce, 2018). Essa inserção subordinada foi analisada de forma sistemática pela teoria marxista da dependência, que compreende o desenvolvimento do capitalismo latino-americano como parte de um sistema mundial estruturado por relações assimétricas entre centro e periferia (MARINI, 2005; LUCE, 2018). Nesse contexto, a dinâmica do mercado de trabalho é marcada por elevados níveis de informalidade, precarização e instabilidade ocupacional.

Entre os segmentos sociais mais afetados por essas transformações encontram-se as juventudes das classes trabalhadoras. A transição para o mundo do trabalho, tradicionalmente compreendida como etapa fundamental dos processos de inserção social, tem sido marcada por trajetórias cada vez mais instáveis e desprotegidas. O aumento do desemprego juvenil, a expansão de formas precárias de trabalho e a fragilização das políticas públicas voltadas à juventude evidenciam os limites estruturais da integração social desse segmento no contexto do capitalismo contemporâneo.

Nesse sentido, a análise das condições de inserção das juventudes no mercado de trabalho permite evidenciar de forma particularmente expressiva os mecanismos contemporâneos de superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. A juventude trabalhadora tende a ocupar posições mais instáveis e desprotegidas no mercado de trabalho, funcionando frequentemente como uma fração mais vulnerável do exército industrial de reserva. Assim, compreender a situação do trabalho juvenil no Brasil implica examinar como as transformações recentes no mundo do trabalho atualizam e aprofundam os mecanismos estruturais de exploração característicos das economias dependentes.

Este artigo tem como objetivo analisar as formas assumidas pelo trabalho das juventudes no Brasil em um contexto marcado pelo aprofundamento da crise do capital e pela intensificação da superexploração da força de trabalho. Parte-se da hipótese de que a precarização das condições de inserção laboral dos jovens não constitui apenas um fenômeno conjuntural, mas expressa determinações estruturais do capitalismo dependente brasileiro. Do ponto de vista metodológico, o estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica ancorada na tradição marxista e na teoria marxista da dependência, articulada à análise de dados secundários provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e de relatórios institucionais sobre o mercado de trabalho juvenil no Brasil.

Assim sendo, o presente artigo analisa as particularidades da inserção das juventudes brasileiras no mundo do trabalho no contexto recente de crise econômica e regressão social. Por fim, apresentam-se considerações finais que sintetizam os principais argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

2 Juventudes e trabalho no contexto do capitalismo dependente brasileiro

A juventude não constitui apenas uma categoria etária, mas também uma construção social historicamente situada. As condições de vivência da juventude variam de acordo com as determinações de classe, raça, gênero e território, o que implica reconhecer a existência de múltiplas juventudes. No caso das juventudes da classe trabalhadora, o processo de transição para a vida adulta é frequentemente marcado pela necessidade de inserção precoce no trabalho, muitas vezes em condições precárias e instáveis. Assim, a análise da relação entre juventude e trabalho exige considerar as desigualdades estruturais que atravessam esse segmento social

Desse modo, as juventudes da classe trabalhadora ocupam uma posição particular na estrutura social e nas dinâmicas do mercado de trabalho. Tradicionalmente, o período da juventude tem sido compreendido como uma etapa de transição entre a educação e o trabalho, constituindo um momento fundamental de construção de trajetórias profissionais e de inserção social (Pais, 2005; Abramo, 2016). No entanto, as transformações recentes no mundo do trabalho têm alterado significativamente as condições dessa transição. O aumento do desemprego juvenil, a expansão de contratos temporários e a disseminação de formas precárias de ocupação evidenciam a crescente instabilidade das trajetórias laborais dos jovens.

No Brasil, tais processos assumem contornos ainda mais intensos. Dados sobre o mercado de trabalho indicam que as taxas de desemprego entre jovens são sistematicamente superiores às observadas entre adultos, refletindo dificuldades estruturais de inserção desse segmento no mercado de trabalho. Além disso, parcela significativa dos jovens trabalhadores encontra-se inserida em atividades informais ou em ocupações caracterizadas por baixos salários, alta rotatividade e ausência de proteção social.

Os dados recentes evidenciam a centralidade da informalidade na estrutura do mercado de trabalho brasileiro e sua incidência particularmente elevada entre as juventudes. No quarto trimestre de 2025, a taxa de informalidade no país alcançou 37,5% da população ocupada, o que corresponde a aproximadamente 38,5 milhões de trabalhadores inseridos em ocupações sem proteção trabalhista plena, como empregos sem carteira assinada, trabalho por conta própria sem CNPJ e trabalho doméstico sem formalização, segundo dados da Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a partir da PNAD Contínua (IBGE, 2026).

Entre as juventudes, a informalidade assume contornos ainda mais acentuados, evidenciando a vulnerabilidade estrutural da inserção laboral nesse segmento. Informações do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que cerca de 44% dos jovens ocupados entre 14 e 24 anos estavam em situação de informalidade em 2024, mesmo considerando uma leve redução em relação a anos anteriores. Dados apresentados pelo órgão, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontam que, no último trimestre de 2024, o número de jovens ocupados chegou a aproximadamente 14,5 milhões, superando o nível observado no período anterior à pandemia. Nesse contexto, a taxa de desemprego juvenil caiu de 25,2% para 14,3%, enquanto a informalidade recuou de 48% para 44%.

Entretanto, uma análise mais crítica desses indicadores revela que a melhora quantitativa do emprego juvenil não necessariamente corresponde à ampliação de condições de trabalho estáveis e protegidas. Ainda que 53% dos jovens ocupados possuam vínculo formal, parcela significativa permanece inserida em ocupações de baixa qualificação, marcadas por tarefas repetitivas, baixos salários e elevado risco de automação, além de concentrarem rendimentos frequentemente inferiores à média nacional (MTE, 2025). Desse modo, embora os dados indiquem uma ampliação das oportunidades de trabalho, persistem limites estruturais que mantêm grande parte das juventudes em posições marcadas pela precariedade e pela instabilidade no mercado de trabalho brasileiro.

Esses indicadores evidenciam que a inserção laboral das juventudes ocorre predominantemente em condições marcadas pela instabilidade e pela fragilidade dos vínculos de trabalho. No âmbito da teoria marxista da dependência, Marini (2005) identifica a superexploração da força de trabalho como um mecanismo central de

compensação das desvantagens estruturais enfrentadas pelos países dependentes no mercado mundial. Esse processo ocorre por meio da intensificação do trabalho, da ampliação da jornada e da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Quando analisadas à luz da teoria marxista da dependência, tais condições podem ser compreendidas como expressões contemporâneas da superexploração da força de trabalho.

A elevada informalidade, os baixos salários e a intensificação do trabalho constituem mecanismos que permitem ao capital ampliar a extração de mais-valia, sobretudo por meio de mecanismos associados à mais-valia absoluta. Nesse sentido, o trabalho juvenil assume papel funcional na reprodução das dinâmicas de acumulação do capitalismo dependente. Essas dinâmicas estão associadas ao processo de transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais, mecanismo estrutural do capitalismo mundial que limita as possibilidades de desenvolvimento autônomo da periferia (MARINI, 2005; LUCE, 2018).

A precarização do trabalho juvenil, entretanto, não constitui um fenômeno recente. Ao contrário, ela está profundamente vinculada às condições estruturais do capitalismo dependente brasileiro. Para grande parte das juventudes, especialmente aquelas oriundas de famílias pobres e negras, o ingresso precoce no mercado de trabalho não resulta de uma escolha individual, mas de uma imposição das condições materiais de existência. Essa inserção ocorre frequentemente em atividades informais, desregulamentadas e sem proteção social, afetando trajetórias escolares e profissionais e contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais (Sousa, 2020).

Nesse sentido, as juventudes configuram-se como um dos segmentos mais vulneráveis às múltiplas expressões da questão social, entendida como a manifestação das contradições entre capital e trabalho no interior da sociabilidade capitalista (Iamamoto, 2011). Jovens entre 15 e 29 anos, provenientes majoritariamente das periferias urbanas, negros e com menores níveis de escolarização, são frequentemente absorvidos por ocupações com vínculos frágeis, elevada rotatividade e grande instabilidade econômica. Essas condições evidenciam a centralidade do trabalho precário nas formas contemporâneas de inserção social das juventudes da classe trabalhadora.

A posição ocupada pelas juventudes no mercado de trabalho também pode ser compreendida a partir da categoria marxiana de exército industrial de reserva. Em contextos marcados por elevada disponibilidade de força de trabalho, os jovens frequentemente compõem uma parcela significativa dessa população excedente relativa, sendo incorporados de maneira intermitente e precária aos processos produtivos. Essa condição contribui para pressionar salários para baixo e ampliar a flexibilidade das relações de trabalho, reforçando os mecanismos de superexploração característicos do capitalismo dependente.

Essa realidade se agravou no contexto da crise econômica e política que marcou o país a partir de meados da década de 2010. O esgotamento do ciclo neodesenvolvimentista, associado à adoção de políticas de austeridade e à flexibilização das legislações trabalhistas, produziu impactos significativos sobre as condições de emprego e proteção social no país (Boschetti; Behring, 2018). Nesse cenário, a aprovação da Reforma Trabalhista no Brasil (Lei n.º 13.467/2017) representou um marco importante na reconfiguração das relações de trabalho, ao promover alterações substanciais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre essas mudanças destacam-se a institucionalização de formas mais flexíveis e precárias de contratação, como o trabalho intermitente, a ampliação da terceirização e a intensificação da chamada pejetização.

O estudo de Faro e Ferrarini (2024) analisa os efeitos da reforma trabalhista sobre o emprego juvenil no Brasil a partir dos microdados trimestrais da PNAD Contínua, considerando jovens de 16 a 24 anos no período de 2017 a 2019. Os autores examinam a inserção ocupacional desse grupo a partir da segmentação entre trabalho formal e informal, bem como das diferenças regionais, de gênero e de setores de atividade. Os resultados indicam que a reforma não produziu mudanças substantivas na estrutura do mercado de trabalho juvenil, mantendo-se padrões já consolidados de elevada informalidade e forte desigualdade territorial na distribuição das oportunidades de trabalho.

Os dados mostram que, em 2019, aproximadamente 44% dos jovens ocupados estavam inseridos em formas de trabalho informal, proporção bastante próxima à observada nos anos imediatamente anteriores. Ao mesmo tempo, verifica-se uma leve redução da participação de jovens no emprego formal com carteira assinada no setor

privado entre 2017 e 2019, acompanhada pela expansão relativa do trabalho sem carteira e do trabalho por conta própria. O estudo também evidencia que a informalidade juvenil permanece mais elevada nas regiões Norte e Nordeste, enquanto as regiões Sudeste e Sul apresentam maior presença relativa de empregos formais. Assim, os autores concluem que a reforma trabalhista não alterou de maneira significativa a dinâmica estrutural do emprego juvenil no país, marcada pela persistência da precariedade ocupacional e por profundas desigualdades regionais.

Diferentemente do que foi amplamente propagado no momento de sua aprovação, a reforma trabalhista de 2017 não produziu a prometida ampliação significativa de postos de trabalho nem promoveu melhorias estruturais nas condições de inserção laboral. Ao contrário, evidências empíricas indicam que a reforma não alterou de forma substantiva a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, mantendo-se elevados níveis de informalidade e instabilidade ocupacional. Essas transformações contribuíram para aprofundar processos de flexibilização e fragmentação da classe trabalhadora, ampliando modalidades de contratação mais frágeis e desprovidas de proteção social. Tais tendências incidem de maneira particularmente intensa sobre as juventudes brasileiras, historicamente mais vulneráveis à inserção precarizada no mercado de trabalho. Nesse contexto, observa-se que muitos jovens passam a transitar entre períodos de desemprego, ocupações informais e trabalhos marcados pela instabilidade e pela ausência de direitos trabalhistas, evidenciando que a reforma se insere em um movimento mais amplo de intensificação da precarização do trabalho no país (Antunes, 2018).

Nos últimos anos, esse cenário tem sido ainda mais impactado pela expansão das plataformas digitais e pelas novas formas de organização do trabalho mediadas por tecnologias. O chamado trabalho por aplicativos — frequentemente apresentado como expressão de autonomia e empreendedorismo — constitui, na realidade, uma das manifestações mais recentes da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo (Antunes; Filgueiras, 2020). Nesse modelo, trabalhadores são formalmente apresentados como autônomos ou microempreendedores, enquanto permanecem subordinados às plataformas digitais que controlam algoritmicamente a organização e a intensidade do trabalho.

Como observa Abílio (2020), o processo de uberização do trabalho combina a lógica empresarial com o autogerenciamento individual, convertendo trabalhadores em “empreendedores de si mesmos”. Tal discurso mascara relações de subordinação e transfere para os próprios trabalhadores os riscos e custos da atividade laboral, desresponsabilizando tanto as empresas quanto o Estado pela garantia de direitos e condições dignas de trabalho. Essa dinâmica incide de forma particularmente intensa sobre as juventudes, que muitas vezes encontram nessas atividades uma das poucas alternativas de inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, ganha destaque também a difusão do discurso do empreendedorismo juvenil como estratégia de enfrentamento do desemprego. Iniciativas e programas voltados ao incentivo ao empreendedorismo têm sido amplamente promovidos por governos, instituições privadas e organismos internacionais, frequentemente apresentados como alternativas para a geração de renda e inclusão produtiva das juventudes. Contudo, diversas análises críticas apontam que tais iniciativas tendem a deslocar para o indivíduo a responsabilidade pela superação do desemprego estrutural, ocultando as determinações econômicas e sociais que produzem a precarização do trabalho (Sousa, 2020).

Nesse sentido, observa-se a crescente difusão da figura do jovem empreendedor como ideal normativo de inserção no mercado de trabalho. Tal perspectiva encontra ressonância em iniciativas como a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), que, embora busque promover oportunidades de trabalho e inclusão social, também expressa tensões e contradições ao incorporar estratégias centradas no empreendedorismo como solução para o desemprego juvenil. Na prática, essas políticas frequentemente se articulam à expansão do trabalho informal e à naturalização da precariedade como horizonte possível de inserção laboral para as juventudes.

Dessa forma, a promoção do empreendedorismo entre jovens pode contribuir para reforçar a ideologia do empreendedor de si, característica do neoliberalismo contemporâneo, que desloca para o indivíduo a responsabilidade por sua inserção econômica e social. Ao enfatizar valores como autonomia, iniciativa e autossuficiência, essa narrativa tende a obscurecer as relações estruturais de exploração e as desigualdades que marcam o mercado de trabalho nos países periféricos.

Nesse cenário, Antunes (2018) destaca que estamos diante de uma nova morfologia do trabalho, caracterizada pela corrosão dos direitos trabalhistas, pela expansão do trabalho sob demanda e pela intensificação das formas de exploração, especialmente nas economias dependentes. As juventudes ocupam posição central nesse processo, compondo uma parcela significativa do exército industrial de reserva e sendo frequentemente tratadas como força de trabalho flexível, descartável e permanentemente disponível para o capital.

A inserção laboral das juventudes constitui, portanto, um importante indicador das tendências mais amplas do mercado de trabalho. As condições de trabalho vivenciadas pelos jovens expressam, de forma particularmente evidente, os mecanismos contemporâneos de reprodução social do capital e as dinâmicas que perpetuam as desigualdades estruturais no Brasil (Sousa, 2020).

Em síntese, a inserção das juventudes no mundo do trabalho no Brasil revela de forma particularmente evidente os mecanismos contemporâneos de superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. A elevada informalidade, os baixos salários e a instabilidade ocupacional indicam que a juventude trabalhadora constitui uma fração estratégica do exército industrial de reserva, sendo incorporada de maneira flexível e precária aos processos de acumulação de capital. Longe de representar uma etapa transitória rumo à estabilidade ocupacional, o trabalho juvenil tem sido marcado pela permanência da precariedade, evidenciando a atualização dos mecanismos de superexploração da força de trabalho no contexto da crise do capital.

3 Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo buscou compreender as formas contemporâneas de inserção das juventudes no mundo do trabalho no Brasil, situando-as no contexto mais amplo das transformações do capitalismo dependente e da intensificação da superexploração da força de trabalho. Os elevados índices de desemprego juvenil, a expansão da informalidade e a precarização das relações de trabalho revelam as formas pelas quais a dinâmica de acumulação capitalista se sustenta na intensificação da exploração da força de trabalho.

Argumentou-se que a precarização das condições de trabalho juvenil não pode ser compreendida apenas como resultado de mudanças conjunturais ou de dificuldades individuais de inserção no mercado de trabalho. Trata-se, antes, de uma expressão das determinações estruturais do capitalismo dependente brasileiro, no qual a superexploração da força de trabalho desempenha papel central na reprodução do capital.

Nesse contexto, a juventude trabalhadora ocupa uma posição particularmente vulnerável. As dificuldades de acesso ao emprego formal, a expansão da informalidade e a instabilidade das trajetórias laborais revelam os limites estruturais da integração social desse segmento.

Diante disso, torna-se fundamental ampliar o debate crítico acerca das políticas e discursos que orientam as estratégias de inserção laboral juvenil, buscando compreender seus limites e contradições no interior da sociabilidade capitalista. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para o campo do Serviço Social e para a formulação de políticas públicas voltadas à juventude. A defesa de direitos trabalhistas, a ampliação das políticas de proteção social e o enfrentamento das desigualdades estruturais constituem elementos centrais para a construção de alternativas que possibilitem formas mais dignas de inserção das juventudes no mundo do trabalho.

Dessa forma, compreender a situação das juventudes trabalhadoras no Brasil implica reconhecer que a precarização do trabalho juvenil não constitui um fenômeno isolado ou conjuntural, mas integra um padrão histórico de exploração característico do capitalismo dependente. A análise desenvolvida evidencia que as transformações recentes no mundo do trabalho não superam essas determinações estruturais, mas tendem a atualizá-las sob novas formas, reafirmando a centralidade da superexploração na reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a análise do trabalho juvenil revela não apenas as transformações recentes do mundo do trabalho, mas também a permanência das estruturas de dependência que historicamente marcam a formação social brasileira e latino-americana.

Referências

ABÍLIO, L. C. **Uberização e Juventude Periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho.** Novos Estudos, Cebrap, São Paulo, v. 39, n. 03, p. 579-597, set.-dez, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W.; branco, P.P.M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMO, H. W. **Jovens da periferia no centro da cena política**. Teoria e Debate. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2020/06/12/jovens-da-periferia-no-centro-da-cena-politica/>. Acesso em 17 de maio de 2020.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R; FILGUEIRAS, V. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2020.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: https://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FE53F261E58FB/Agenda%20Nacional%20do%20Trabalho%20Decente%20para%20a%20Juventude.pdf?utm_source=chatgpt.com Acesso em 23 de abril de 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Jovens ganham espaço no mercado de trabalho e impulsionam queda no desemprego e na informalidade**. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/jovens-ganham-espaco-no-mercado-de-trabalho-e-impulsionam-queda-no-desemprego-e-na-informalidade> Acesso em 23 de abr. 2026.

FARO, K. C; FERRARINI, A. dos S. F. **Emprego juvenil nas grandes regiões brasileiras: comparativo da reforma trabalhista (2017) com base nos microdados trimestrais da PNAD**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, v. 39, n. esp., abr. 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/73357>. Acesso em: 6 maio 2026.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 20. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IBGE. Informalidade atinge cerca de 37,5% dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/taxa-de-informalidade-cai-no-mercado-de-trabalho-mostra-ibge> Acesso em 23 de abr. 2026.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. 1 ed. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PAIS, J. M. **Ganchos, Tachos e Biscates**: jovens, trabalho e futuro. 4. ed. São Paulo: Edições Machado, 2016.

SOUSA, E. J. S. de. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho, subdesenvolvimento e as mudanças estruturais**. 2020. 379 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1162364> Acesso em 29 de abril de 2026.